



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

9642

Presidente da Mesa Diretora: José Marcos Martins de Freitas

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Não votados e/ou não tramitados

Autoria: Elair Augusto Pimentel Gomes

Data: 11/08/2020

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 77/2020. (NÃO VOTADO). Dispensa a exigência de "Alvará de Funcionamento" para templos religiosos.

Controle Interno – Caixa: 26.10

Posição: 29

Número de folhas: 05

Espécie: PL
Categoria: Não votado
CX: 26.10
Ordem: 29
nº fls: 03



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 77/2020

AUTOR:

Ver. Elair Augusto Pimentel Gomes

ASSUNTO:

Dispensa a Existência de Alvará de Funcionamento para
Templos Religiosos.

MOVIMENTO

Entrada em 11/08/2020

Comissão Legislação e Justiça e Finanças Orçamento Tomada de Contas

- 1 -
- 2 -
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



GABINETE VEREADOR ELAIR GOMES
FÉ E TRABALHO

PROJETO DE LEI Nº 77/2020

**DISPENSA A EXISTÊNCIA DE ALVARÁ DE
FUNCIONAMENTO PARA TEMPLOS
RELIGIOSOS**

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG., aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica dispensada a exigência de Alvará de Funcionamento para templos religiosos.

Art. 2º - Os templos religiosos deverão seguir as Normas da Vigilância Sanitária e do Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.


ELAIR GOMES
Vereador

Sala das Sessões Câmara Municipal, 10 de Agosto de 2020.



77

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 11 DE ABRIL DE 2020
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAMENTOS E CONTABILIDADE
EM 11 DE ABRIL DE 2020
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 077/2020 que "Dispensa a existência de alvará de funcionamento para templos religiosos.", de autoria do Vereador Elair Gomes.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sob comento tem como finalidade dispensar a exigência de alvará de funcionamento para templos religiosos.

A concessão de alvarás de funcionamento se justifica na análise do enquadramento do empreendimento, no caso os templos religiosos, ao plano diretor e demais normas aplicáveis ao caso, sendo que tal análise, ao nosso sentir, é de competência do Poder Executivo, razão pela qual a lei em comento também somente poderia ser iniciada pelo Poder Executivo.


Neste sentido, manifestação do STF ao julgar a ADI 5696/MG sobre tal matéria.

Ao editar regra acerca de serviço de concessão municipal exclusivo do Executivo, o projeto em comento estaria em contradição com o princípio constitucional da independência dos Poderes, o que o torna inconstitucional.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é inconstitucional e ilegal.

É o parecer, sob censura.


Montes Claros, 12 de agosto de 2020.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros
Comissão de Legislação, Justiça e Redação

Memorando Administrativo

1) NATUREZA <input checked="" type="checkbox"/> Rotina <input type="checkbox"/> Urgente <input type="checkbox"/> Reservado	
2) REFERENTE A: <input type="checkbox"/> Solicitação <input type="checkbox"/> X Comunicação <input type="checkbox"/> Remessa Doc <input type="checkbox"/> Convocação <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Outros	
3) DE: Comissão de Legislação, Justiça e Redação	PARA: Vereador Elair Augusto Pimentel Gomes – Autor do PL 77/2020
Memorando CLJR/Nº 02/2020 Senhor Vereador, A Comissão de Legislação, Justiça e Redação, vem por meio deste informar a V.Exa., que considera o Projeto de Lei Nº 77/2020, de vossa autoria, que visa “Dispensar a existência de Alvará de Funcionamento para Templos Religiosos”, em trâmite nesta Casa Legislativa, relevante e com alcance social, entretanto, por se tratar de matéria exclusiva do Chefe do Executivo, incide em vício de iniciativa, razão pela qual esta Comissão sugere que o referido projeto seja transformado em “Ante Projeto de Lei” e encaminhado ao Poder Executivo.	
DATA DE EMISSÃO 27/ 08 / 2020 Comissão de Legislação, Justiça e Redação: Presidente: Ver. Aldair Fagundes Brito Vice- Presidente: Maria Helena de Quadros Lopes Relator: Ver. Martins Lima Filho	RECEBIDO EM 02 / 09 / 2020  Vereador Elair Augusto Pimentel Gomes – Autor do PL 77/2020